

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS - COFTC

Parecer n.º 20 de 29 de Abril de 2021.

Projeto de Lei n.º 06/2021 de 02 de Fevereiro de 2021.

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Vereador José Damato Neto, *“Dispõe sobre a afixação obrigatória, nos locais e nas condições que estabelece, da lista de medicamentos disponíveis na rede pública municipal de saúde de Ubá, e dá outras providências”*.

Através do ofício nº 66/2021, encaminhado pelo Poder Executivo Ubaense, o Prefeito Edson Teixeira Filho **opôs veto** ao referido Projeto de Lei nº 6/2021 e, por isto, vem a esta comissão, para parecer, com base no artigo 51A do Regime Interno que relata:

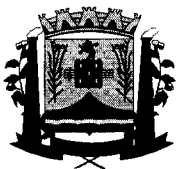
“Art. 49. Compete à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas manifestar-se sobre projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento e aos créditos adicionais; matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívidas públicas e outras; além de proposições que representam modificação patrimonial do município, bem como as contas do Prefeito, fiscalizando a execução orçamentária”.

Fundamentação

Na Constituição Federativa de 1988, descreve no seu artigo 30, incisos I e VII e no artigo 196, sobre:

“Art. 30 Compete aos municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Com base no art. 84, é dito que:

“Art. 84. O Projeto de Lei aprovado pela Câmara será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo seu Presidente ao Prefeito Municipal que, concordando, o sancionará no prazo de 15 dias úteis;

(...)

§ 2º Se o Prefeito municipal considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto”

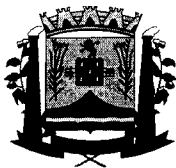
No ofício nº 66/2021, o Poder Executivo destaca que ele **não pode alterar a redação de um projeto de lei aprovado pelo legislativo**, mas utilizando-se do veto ele demonstra que, em sua visão, o Projeto de Lei nº 6/2021 necessita de alguns ajustes que permitam a sua execução.

O primeiro ponto levantado pelo Poder Executivo foi o da “**clareza**”. Segundo consta no ofício acima citado, alguns pontos do Projeto de Lei nº 6/2021 necessitariam de uma adequação em sua forma, uma vez que causam dúvidas na interpretação.

Outro questionamento do Poder Executivo foi que o Projeto de Lei nº 6/2021 não prevê a afiação ou disponibilização de uma lista com os medicamentos, mas sim um “painel informativo”. Pelo entendimento do Poder Executivo, este painel informativo deverá, então, ser alterado sempre que houver mudanças na disponibilidade dos medicamentos, o que torna-se inviável, uma vez que a falta de um determinado remédio em um posto de saúde talvez não esteja ocorrendo em outro posto municipal. Inclusive o Executivo Municipal propõe que a divulgação dos remédios listados pela Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) ocorra através da criação de um portal eletrônico, o que tornaria o trabalho mais ágil e de fácil aplicação do Poder Executivo.

Por fim, o Veto ao Projeto de Lei nº 6/2021 teve como motivo o conceito do “*vacatio legis*”, que versa que:

“Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento reservada a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” para as



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

leis de pequena repercussão"

Assim sendo, o Poder Executivo em seu ofício nº 66/2021, reforça, ainda, **não ser contra o projeto, apenas enumera pontos dos quais entende que, da forma que o mesmo se encontra, não há forma de colocá-lo em prática até pela falta de "dotação orçamentária própria" (art.2º) na Lei Orçamentária Anual (LOA).**

Conclusão

Pelo exposto acima, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas opina pela manutenção do VETO do Projeto de Lei n.º 06/2021.

Ubá, 29 de Abril de 2021.

EDEIR PACHECO DA COSTA
PRESIDENTE DA COMISSÃO

ALINE MOREIRA SILVA MELO
MEMBRO DA COMISSÃO

JOSÉ MARIA FERNANDES
MEMBRO SUPLENTE DA COMISSÃO